

Temas Livres

Estabelecendo identidades: a importância da renda e raça nas eleições presidenciais

DOI: <https://doi.org/10.14244/agenda.2024.2.11>



Ulisses Matheus Braga de Freitas Melo

Mestre e doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor de Direito Constitucional, História do Direito, Ciência Política e Direito Eleitoral (Faculdade Santíssima Trindade).

E-mail: ulissesgdm@live.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7135-3431>

RESUMO: O artigo analisa a influência da renda e da raça no comportamento eleitoral brasileiro nas eleições presidenciais de 2002, 2010, 2014, 2018 e 2022. Utilizando dados dos Estudos Eleitorais Brasileiros (ESEB), aplicaram-se modelos de regressão de mínimos quadrados ordinários (MQO) e *logit binomial* (BNL), controlando por escolaridade, região, idade, religião e sexo. Os resultados indicam que a renda está negativamente associada ao voto no Partido dos Trabalhadores (PT), especialmente entre eleitores pardos, enquanto pretos mantêm apoio consistente ao partido em todas as faixas de renda desde 2010. O estudo demonstra que fatores sociodemográficos interagem de forma diferenciada no processo de escolha eleitoral, destacando a importância de analisar simultaneamente variáveis de classe e identidade racial para compreender a dinâmica do voto no Brasil contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE: Eleições; Comportamento Político; Opinião Pública.

Recebido em: 28/05/2025

Aprovado em: 16/10/2025



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

1 Introdução

Fatores sociodemográficos explicam o comportamento do eleitorado brasileiro? Se sim, de qual é a influência da renda e da raça na escolha dos eleitores? Parte da doutrina política brasileira vem destacando a ascensão da estratificação social do apoio partidário no Brasil. Políticas de redução da desigualdade, além de um modelo de expansão partidária específico, teriam um papel fundamental na expansão do petismo na região nordeste e nas classes sociais mais baixas. Tais correlações, que podem ser observadas nos trabalhos de Singer (2015), Samuels (2008), Samuels e Zucco (2018), Souza (2019), Nunes e Traumann (2023) e Martins Jr. (2009), indicam que a renda é uma variável que deve ser levada em conta na análise da política contemporânea brasileira.

Se, de fato, a renda constitui um fator relevante para a explicação do voto no Brasil, observa-se também que variáveis como raça, região, religião e gênero do eleitor vêm assumindo importância crescente na definição das preferências eleitorais (Nicolau, 2020; Nunes; Traumann, 2023). Esse cenário reflete uma complexificação do comportamento político brasileiro, na qual diferentes dimensões identitárias e socioeconômicas interagem na formação das escolhas eleitorais. Assim, torna-se pertinente questionar de que modo a renda produz efeitos distintos em cada um desses grupos, e como essas interseções influenciam o alinhamento político-partidário contemporâneo.

Dentre essas mudanças, uma das menos debatidas de forma aprofundada, principalmente a partir de análises quantitativas, é a correlação entre a raça autodeclarada e o voto (Nicolau, 2020; Nunes; Traumann, 2023). Sabendo disso, este trabalho busca aprofundar o debate acerca do comportamento político dos grupos raciais, principalmente através da visualização dos possíveis efeitos da raça na escolha eleitoral e, de forma mais específica, a relação entre a renda e o comportamento político em cada grupo racial. Parte-se aqui da possibilidade de efeitos heterogêneos da renda a depender da raça autodeclarada do indivíduo.

O trabalho se utilizou dos modelos de regressão de mínimos quadrados ordinários (MQO) e o logístico binomial (BNL) para obter resultados da correlação entre renda, raça e opinião política. As variáveis dependentes observadas foram a avaliação do candidato do PT, do candidato opositor, e a intenção de voto no segundo turno dos pleitos de 2002, 2010, 2014, 2018 e 2022. Já as variáveis independentes testadas foram a renda, a raça e a renda aplicada com interação das variáveis categóricas de raça. Como variáveis de controle serão utilizados a escolaridade, a região, a idade, religião e o sexo do entrevistado.

Entre essas transformações, uma das menos exploradas de forma sistemática, sobretudo em estudos quantitativos, é a relação entre raça autodeclarada e comportamento eleitoral (Nicolau, 2020; Nunes; Traumann, 2023). Considerando essa lacuna, o presente trabalho busca aprofundar o debate acerca do comportamento político dos grupos raciais no Brasil, com ênfase na identificação dos efeitos da raça na escolha eleitoral e, de modo mais específico, na interação entre renda e comportamento político em cada grupo racial. Parte-se, portanto, da hipótese de que os efeitos da renda sobre o voto são heterogêneos, variando conforme a raça autodeclarada do indivíduo.

2 O que motiva a escolha eleitoral?

A teoria política propõe três grandes modelos explicativos para a escolha eleitoral. A primeira e mais antiga delas é a teoria sociológica do voto (Zuckerman, 1994; Lazarsfeld; Berelson; Gaudet, 1968), que defende a ideia de que as condições sociodemográficas são fundamentais para definir em quem um eleitor vota. Essa premissa se fundamenta na ideia de que certos grupos sociais como a classe, raça e gênero, ou mesmo critérios regionais, campo x cidade, periferia x centro, aproximam mais os eleitores de certos candidatos ou partidos (Telles; Mundim, 2015; Guedes-Neto, 2021).

Embora a relevância da teoria sociológica para o voto seja constantemente questionada, principalmente diante das novas clivagens políticas (Dalton; Wattenberg, 1993), ela ainda vem sendo peça fundamental nas análises de tendências eleitorais em diversos países. A separação entre regiões predominantemente agrícolas e urbanas distingue boa parte do voto nos EUA e Reino Unido, onde as grandes conurbações urbanas, que cultivam uma cultura cosmopolita, dão vitórias consistentes aos liberais e trabalhistas, enquanto regiões menos povoadas votam nos republicanos e conservadores.

O voto sociológico, contudo, não explica todo movimento eleitoral. A teoria psicológica, construída a partir dos estudos inicialmente promovidos na Universidade de Michigan, busca contribuir nessa compreensão a partir da análise de características compartilhadas pelos indivíduos, fatores importantes para a escolha do voto. Um dos principais fenômenos catalogados por essa corrente teórica foi a heurística, um tipo de processamento simplificado de informações que se utiliza de atalhos mentais para produzir conclusões (Telles; Mundim, 2015).

Para a escola de Michigan e parte da ciência política contemporânea a maioria dos indivíduos não está disposta a gastar seu tempo em busca de informações detalhadas sobre política, sociedade e economia (Pennycook, 2017). Devido à complexidade social das relações inter-humanas a maioria das pessoas prefere confiar em indivíduos ou instituições, que possam oferecer um certo ponto de vista sobre os mais diversos problemas do mundo. Partidos, agentes midiáticos e lideranças políticas são exemplos tradicionais de atores confiáveis para parte do público construir suas visões de mundo.

Nesse sentido, lideranças partidárias acabam se tornando capazes de influenciar a crença de seus simpatizantes sobre os mais variados temas (Druckman; Peterson; Slothuus, 2013), canais de televisão modificam a visão dos eleitores sobre o sistema político (Levendusky, 2013; Levendusky; Malhotra, 2016) e movimentos ligados a identidades sociais influenciam a opinião de seus iguais sobre determinadas demandas políticas. Esses agentes heurísticos muitas vezes interagem entre si, sendo codependentes ou mesmo integrando as fileiras de uma estrutura partidária.

Por fim, outra linha teórica complementa a agenda de pesquisa sobre o voto: a escolha racional (Downs, 1957; Blais, 2000). Nesse modelo os atores políticos, sejam eles os governantes, os legisladores ou mesmo os eleitores, escolhem agir de acordo com os menores custos e maiores ganhos possíveis (Telles; Mundim, 2015). Nesse cenário a informação se torna extremamente importante, já que os cálculos realizados pelos agentes são feitos com base nos dados disponíveis.

Essa corrente teórica se desenvolveu consistentemente, dando lastro para a teoria do voto econômico (Veiga; Gimenes; Ribeiro, 2018) e outras análises que levam em conta a satisfação do eleitor com o governo estabelecido. Dessa forma, é compreensível que certos nichos sociais beneficiados por um governo de determinado partido passam a se tornar eleitores assíduos deste. Essa é uma das explicações, por exemplo, para a solidificação do voto nordestino no candidato do Partido dos Trabalhadores para presidente (Limongi; Guarnieri, 2015; Licio; Rennó; Castro, 2009).

Estas três correntes teóricas sobre o voto ajudam a compreender o fenômeno político da ordenação social. Ocorre que, devido a contextos políticos, demográficos e sociais específicos, de certas identidades começam a se vincular ao partidarismo ou voto em determinada liderança política. Seja por questões sociais, retorno político ou por caminhos heurísticos esse fenômeno tem se tornando bastante comum em diversas democracias ao redor do mundo, inclusive no Brasil (Guedes-Neto, 2021).

3 O PT e a característica social dos eleitores

A influência da classe na política foi, por muito tempo, considerada a base da construção dos partidos modernos. Aplicar indiscriminadamente a teoria *bottom-up* no contexto brasileiro revela-se uma tarefa complexa e pouco recomendável, já que as massas e os grupos populares raramente pautam o debate e as clivagens políticas nacionais. Como apontam David Samuels e Cesar Zucco (2018) a formação do partidarismo democrático brasileiro é recente e cheio de nuances. De fato, o crescimento histórico do PT esteve mais ligado ao modelo de expansão partidária – e sua ligação com movimentos sociais – do que com a demanda popular por um partido de massa de esquerda.

Nesse sentido, o PT, o maior (e talvez o único) partido de massa do país, é um bom exemplo de um modelo de construção partidária *top-down* (Samuels; Zucco, 2018), pois foi criado a partir de uma elite política e intelectual que propunha pautas de reforma social. Nesse caso em específico o partido trabalhou, a partir de interações com a sociedade civil organizada, como construtor de pautas e líderes políticos. Utilizando-se da sua capilaridade geográfica o Partido dos Trabalhadores construiu alianças com líderes de sindicatos, ONGs e movimentos sociais unindo demandas do partido com as requisições dessas organizações, o que possibilitou sua expansão entre indivíduos que já interagiam com pautas políticas de alguma forma (Samuels; Zucco, 2018).

Nessa construção institucional ressalta-se o destaque do papel das elites partidárias na formação de pautas políticas nos últimos 30 anos do petismo. Essa importância pode ser observada na análise que Samuels e Zucco (2018) realizam sobre a identificação partidária dos eleitores brasileiros a partir de raça, escolaridade, renda e apoio ao regime democrático. Os resultados encontrados pelos autores, apesar de não apontar para a explicação única da participação partidária a partir de variáveis socioeconômicas, indica como a composição dos atores engajados com o PT foi mudando ou não nos últimos 30 anos.

Os dados observados por esse estudo apontam as tendências de consolidação do partidarismo por renda e educação. Por volta de 1990, as fileiras do Partido dos Trabalhadores eram construídas por indivíduos mais ricos e educados, nesse período, o apoio ao partido estava mais concentrado nos estados do sudeste e do sul, onde havia construído uma forte ligação com o movimento operário sindical e apresentava pautas mais radicais de esquerda. Essa tendência, contudo, foi se desfazendo consideravelmente entre 2002-2005, durante esse período – que coincide com a implementação das primeiras políticas sociais do governo Lula e com o escândalo do mensalão – os apoiadores do partido passaram a ser predominantemente pessoas mais pobres e com menos escolaridade (Samuels; Zucco, 2018).

Esse período de 3 anos também presenciou um crescimento e queda da identificação partidária para com o PT por parte do eleitorado. Em 2002 1/5 dos brasileiros afirmavam se identificar com o PT, esse número cresceu consideravelmente nos anos seguintes, chegando a atingir mais de 1/4 da população. No entanto, após 2005 a popularidade do PT caiu e atingindo os patamares anteriores a 2002, voltado a se recuperar apenas em 2010 (Samuels; Zucco, 2018). A partir desses dados os autores afirmam que as variáveis classistas não explicariam por si só o apoio ao PT, eles dão mais foco, na verdade, a relação dos eleitores com o ideal democrático e a esperança de mudança social a partir do voto e das instituições como o principal motivo de cisão entre petistas e antipetistas (Samuels; Zucco, 2018).

No entanto, como foi dito há pouco, os dados levantados pelos mesmos autores indicam sim uma mudança – e tendência – significativa nas características sociodemográficas dos petistas. Isso significa que tais variáveis são a razão fundante para a escolha do voto? Provavelmente não, mas apontam para comportamentos específicos da população que não devem ser ignorados.

4 A raça como uma identidade política

Se a classe não está fortemente correlacionada com partidarismo brasileiro o mesmo pode se falar da raça? Uma das pautas relacionadas a identidades sociais, e que ganhou bastante força nos últimos anos foram aquelas ligadas à raça. Diante das desigualdades sociais e simbólicas atreladas aos critérios raciais e do recrudescimento do discurso racial de superioridade branca (europeia) em democracias centrais, o debate em torno da raça passou a ser incluído com mais força nas pautas partidárias e nos debates políticos (Nunes; Traumann, 2023).

Em países onde a divisão racial foi instituída formalmente até meados do século XX, como os Estados Unidos e a África do Sul, a divisão racial foi estabelecendo o que alguns autores chamam de “groupness”, ou seja, a construção de uma identificação e subjetividade em relação a uma categoria racial. A segregação racial nos EUA, por exemplo, facilitou a identificação das pessoas com grupos raciais e possibilitou também a distinção social por meio de elementos culturais e simbólicos de cada agrupamento (Souza, 2019).

Esse tipo de autoidentificação acabou por gerar também uma certa “tendência” política de grupos raciais para algumas pautas sociais. Nos EUA, há um número considerável de estudos que encontraram diferenças de 35 a 50 pontos percentuais nas atitudes e opiniões políticas dos brancos e negros sobre temas relativos à políticas raciais. Ou seja, há uma considerável diferença na opinião política entre os grupos raciais que compõem a população norte-americana (Souza, 2019).

Essa tendência, contudo, não é encontrada com significância no Brasil (Souza, 2019; Muniz; Porto; Fuks, 2019). Seja pela construção do grupo “pardos”, ou pela dissociação de raça e cor, a identificação do indivíduo para com um grupo racial no Brasil aparenta ser mais fraca do que nos Estados Unidos. Estudos já indicaram que a construção das identidades raciais no Brasil influi pouco nas atitudes políticas entre grupos raciais, de forma que não se encontram tendências significativamente diversas entre os eleitores com base nesse critério, mesmo quando estes são questionados sobre assuntos que envolvem diretamente políticas raciais (Souza, 2019).

Tal conclusão é compartilhada em parte por Samuels e Zucco (2018). No que se refere aos critérios raciais os autores demonstraram que os petistas são relativamente menos propensos a se identificarem como brancos que antipetistas. Importante, contudo, observar que essa tendência se fortaleceu após a eleição de Lula em 2002, se mantendo significativa até 2014. Apesar desses dados, os autores concluíram que é impossível reduzir a divisão política entre petistas e antipetistas em negros *versus* brancos pois raça nunca foi uma divisão política fundamental no Brasil, e nem o petismo e o antipetismo tratam-se explicitamente sobre raça.

282

5 Identidade x classe: uma dicotomia?

Os temas tratados anteriormente estão se tornando cada vez mais presentes nos pleitos presidenciais (Nunes; Traumann, 2023; Nicolau, 2020; Campos; Machado, 2020). Questionamentos sobre a importância de pautas voltadas para as classes sociais foram levantados como prioridades por alguns analistas e políticos que participaram do debate acalorado dos pleitos de 2018 e 2022. Entretanto, estudos recentes vêm indicando a calcificação do voto a partir de identidades, ou da ordenação social. Há, contudo, quem questione a importância do chamado “identitarismo” para a esquerda e como esses movimentos, apesar de gozar de bastante prestígio dentro dos nichos engajados dos movimentos sociais, são rejeitados pela massa trabalhadora brasileira, simbolicamente representada pelos mais pobres.

Uma corrente de análise política contemporânea vem apontando que a promoção de pautas identitárias, constituem uma forma de politização das contraposições entre determinados grupos sociais, cujos membros reconhecem que o seu pertencimento é compelido por aspectos da sua identidade. Dentre as pautas principais dessas políticas estariam a questão racial, principalmente as ligadas ao movimento negro, de gênero e LGBTQI+ (Gomes, 2019, 2022; Mello, 2018).

Essas análises ressaltam a rejeição de pautas raciais, de gênero e sexualidade, por grande parte dos trabalhadores precarizados tanto no Brasil como nos EUA. Wilson Gomes (2019, 2022), por

exemplo, apontou para a falta de capacidade de negociação eleitoral por parte da “esquerda identitária”, que regeria seu apoio segundo parâmetros morais muito específicos, algo que inviabilizaria o sucesso eleitoral de tal movimento. Pouco antes do segundo turno do pleito de 2018, Ciro Gomes, candidato do PDT que acabava de ficar em 3º lugar no primeiro turno, chegou a afirmar em entrevista para a BBC, que o Partido dos Trabalhadores e seu candidato Fernando Haddad haviam abandonado um projeto nacional de desenvolvimento para se “refugiar no identitarismo”.

Tendo em vista esse acalorado debate sobre a relação entre a raça e partidarismo, este trabalho busca analisar dois fatores tratados como antagônicos pelos críticos de uma possível “política identitarista” do PT: a classe social e a raça, não com relação ao partidarismo, mas sim observando as tendências de voto e simpatia por determinados candidatos.

As questões raciais vêm se apresentando como pautas importantes para o debate político recente, principalmente após as políticas de igualdade racial promovidas durante as gestões petistas, em especial aquelas ligadas à criação de ações afirmativas para negros em concursos para o acesso ao ensino superior e funcionalismo público. A importância dada pelo partido sobre o tema pode ser exemplificada a partir da criação, ainda em 2003, da Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, extinta em 2015, e a criação do Ministério da Igualdade Racial em 2023.

Acreditamos que tanto a renda, que será nossa operacionalização de classe, quanto a raça declarada são fatores cada vez mais ligados ao voto para presidente no Brasil. Isso não significa que a raça e a renda sejam um fator basilar no partidarismo brasileiro, mas sim que são variáveis que devem ser levadas em conta na compreensão das motivações da escolha eleitoral. Essa hipótese já vem sendo visualizada em estudos anteriores que buscaram analisar o comportamento político de grupos, classes e identidades sociais no Brasil (Guedes-Neto, 2021; Souza, 2019). Buscamos com isso atualizar os dados observacionais e promover uma visualização contextual da relação entre a classe social e a raça no comportamento eleitoral brasileiro recente.

H1: A simpatia para com os candidatos a presidente do PT, e o voto no segundo turno das eleições presidenciais, está correlacionada com a renda dos eleitores;

H2: A simpatia para com os candidatos a presidente do PT, e o voto no segundo turno das eleições presidenciais, está correlacionada com a raça dos eleitores.

Entretanto, este trabalho propõe uma questão a mais para o debate em torno do comportamento eleitoral. Defendemos que as classes sociais, na verdade, apresentam um comportamento distinto a depender das identidades ou grupos observados. Acreditamos que a tendência classista de voto não é estável em todas as categorias raciais. Esperamos que, diante das políticas públicas de igualdade racial, pessoas pretas e pardas mais ricas tendam a manter a simpatia política pelo candidato petista e a votar no partido, ressaltando a importância do componente racial no comportamento político. Sendo assim:

H3: A raça influencia nas correlações entre renda e opinião política, tendo os grupos raciais tendências específicas de simpatia política e voto nas mais diversas faixas de renda.

6 Operacionalização, base de dados e métodos

Para obter informações acerca dessas hipóteses decidiu-se utilizar a amostra oferecida pelos Estudos Eleitorais Brasileiros. Trata-se de um banco de dados largamente aplicado em análises de opinião pública no Brasil, mantido pela Unicamp e levantado por diversos institutos de pesquisa, dentre eles o IBOPE, o Vox Populi e Quaest Consultoria, a procedência desses dados garante certa confiabilidade para os mesmos. Foram utilizados os estudos de 2002, 2010, 2014, 2018 e 2022, o que garantiu a esse trabalho observar a variação da opinião pública durante os anos de governo petista, as crises de governabilidade de Dilma e Temer e o governo populista reacionário de Jair Bolsonaro.

Para obter os resultados a partir dos bancos de dados neste trabalho foram empregados dois modelos de regressão. O primeiro deles é o de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), que será utilizado nas regressões em que a variável dependente é a simpatia política pelos candidatos presidenciais. Essa variável é contínua, variando de 0 a 10, em que quanto maior a avaliação, maior é a simpatia do entrevistado para com o partido ou candidato. Lembrando que o modelo MQO de regressão se adapta melhor quando as variáveis são contínuas, permitindo ainda a inserção de variáveis de controle, o que contribui para reduzir vieses por omissão e avaliar se os efeitos principais (raça e renda) persistem mesmo diante de outros fatores relevantes, como idade, escolaridade, gênero e região (Figueiredo Filho *et al.*, 2011).

Contudo, o referido o modelo pode apresentar certas distorções nos resultados apresentados quando é utilizada uma variável *dummy* (Kellstedt; Whitten, 2021). Por tais motivos utilizou-se o modelo logístico binomial (BNL) nas regressões onde a variável dependente é a intenção de voto no 2º turno de cada eleição, trata-se de uma variável categórica limitada a duas opções de resposta, no caso analisado 0 ou 1, este trabalho utilizou o valor “1” como voto no PT no segundo turno e o valor “0” como voto no candidato de direita, ou seja, quanto maior a probabilidade de uma faixa de renda responder 1 nessa variável maiores são as chances do voto desse grupo ter sido pró-PT.

Os principais resultados serão apresentados em gráficos para a melhor visualização das correlações entre renda e opinião política em cada grupo social, essas representações informam os intervalos de confiança das regressões demonstrando o quão confiável é o resultado apresentado pelas linhas. Foram levados em conta, para as conclusões tomadas nesse trabalho, apenas os resultados estatisticamente significantes, ou seja, cujo p-valor obtido foi menor que 0.05 (Kellstedt; Whitten, 2021).

Diferentemente do trabalho de Samuels e Zucco (2018) que utilizou a variável de identificação partidária para medir o partidatismo dos entrevistados nos *surveys*, esta pesquisa utilizará as variáveis de voto declarado no segundo turno e as que contêm uma avaliação dos candidatos pelos entrevistados.

Se o trabalho dos autores citados mede o partidarismo, esse trabalho medirá a simpatia para com os candidatos que disputaram o segundo turno das eleições analisadas e o voto declarado, variáveis que nem sempre são similares ao engajamento partidário, haja vista a própria característica antipartidária de setores da direita e extrema-direita (Samuels; Zucco, 2018).

As variáveis independentes utilizadas serão a renda, raça e a interação entre renda-raça essa última possibilitará a obtenção de resultados específicos da covariação renda/opinião política. Para controlar qualquer possível efeito de outras variáveis sociodemográficas serão utilizadas como variáveis de controle: a escolaridade, região, idade, religião e sexo do entrevistado. A mesma metodologia será utilizada nas regressões com modelo de logística binomial para a análise da intenção de voto no segundo turno. Caso não fossem levadas em conta essas variáveis poderiam influenciar os resultados obtidos, as regressões apresentariam então um viés de variáveis omitidas, o que poderia invalidar as conclusões deste trabalho (Kellstedt; Whitten, 2021). Além disso, a pesquisa retirou possíveis outliers da regressão a partir da visualização da distância de Cook.

O trabalho, no entanto, apresenta algumas limitações. A primeira é a não utilização do banco de dados do ESEB 2006. Isso acontece por dois motivos: o baixo número de entrevistados (1000) e a inexistência da variável raça (ou cor) nesse banco. A segunda limitação se refere à validade da classificação racial. Preferiu-se aqui utilizar a mesma categorização utilizada pelo IBGE (preto, pardo, branco, indígena e amarelo), e também pelos estudos eleitorais brasileiros. No entanto, essa metodologia é conhecidamente problemática (Nascimento; Fonseca, 2013; Souza, 2019; Campos, 2023), categorias como “pardo” e “preto”, apesar de serem habitualmente realocadas como “negro” em certos estudos, não refletem fielmente essa autoclassificação, como mostra a Pesquisa das Características Étnico-raciais da população de 2008. Por tais motivos, evitou-se alterar essa variável no que tange as categorias “preto”, “pardo” e “branco”, mesmo se reconhecendo aqui as limitações especiais da categoria “pardo” (Muniz; Porto; Fuks, 2019). Já as categorias “amarelo” e “indígena” foram realocadas em uma nova categoria “outros”, devido ao número de entrevistados pertencentes a esses dois grupos ser muito pequeno para a promoção de qualquer regressão confiável e significativa.

Outros problemas identificados estavam relacionados com as características das variáveis. Foi encontrada certa heterocedasticidade em algumas das regressões, principalmente aquelas realizadas a partir da interação entre a renda e a raça. Para verificar se a heterocedasticidade influenciava no resultado final das regressões foi realizado o “*coeftest*” na plataforma “R”, que não apresentou nenhum comprometimento dos resultados inicialmente alcançados. Além disso, também encontrou-se problemas relativos a concentração na distribuição dos dados da variável renda, isso já era esperado, tendo em vista a grande desigualdade de renda encontrada no Brasil, como consequência os intervalos de confiança das regressões aumentaram consideravelmente nas faixas mais altas o que limita algumas conclusões.

Devemos ressaltar, por fim, que todo o tratamento de dados pode ser visualizado em repositório público para fins de análise e replicação¹.

¹ Disponível em: [Analise-de-dados/raca_renda_voto_at_master · ulissesgdm/Analise-de-dados](https://analise-de-dados/raca_renda_voto_at_master.ulissesgdm.com.br/Analise-de-dados)

Quadro 1 - Estrutura das Variáveis de Controle e Independentes

TIPO	VARIÁVEL
INDEPENDENTE	Raça (branco, preto, pardo, outros)
INDEPENDENTE	Renda (faixas ou contínua)
INTERAÇÃO	Raça × Renda
CONTROLE	Idade
CONTROLE	Escolaridade
CONTROLE	Gênero
CONTROLE	Região (N, NE, SE, S, CO)
CONTROLE	Religião

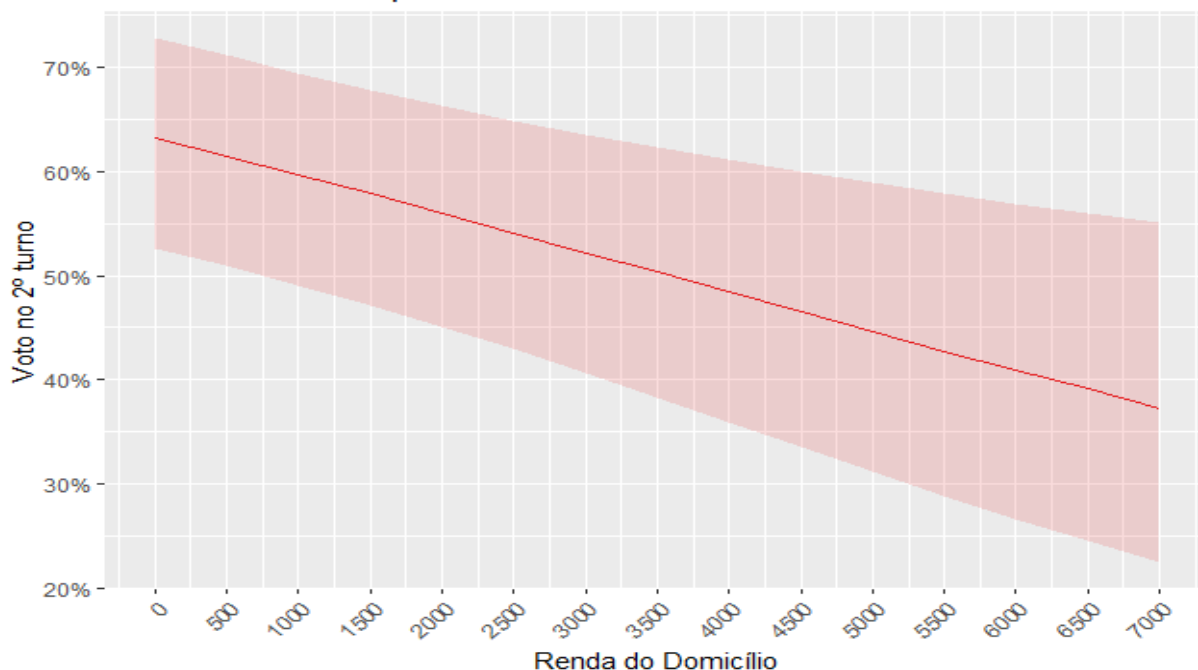
Fonte: Elaboração própria (2025).

7 Resultados

7.1 Renda, voto e simpatia política

Assim como em outros trabalhos encontramos uma mudança gradual da relação renda e voto nos Estudos Eleitorais Brasileiros na primeira década deste século. Os modelos aplicados encontram uma leve correlação negativa entre renda e o voto em Lula no segundo turno das eleições de 2002. A literatura aponta que essa relação se acentua em 2006 com a reeleição do petista e o avanço de apoio ao partido nos estados do Nordeste (Licio; Rennó; Castro, 2009).

Figura 1 – Tendência de voto no segundo turno de 2002 por renda familiar autodeclarada
Voto no 2º turno a partir da Renda

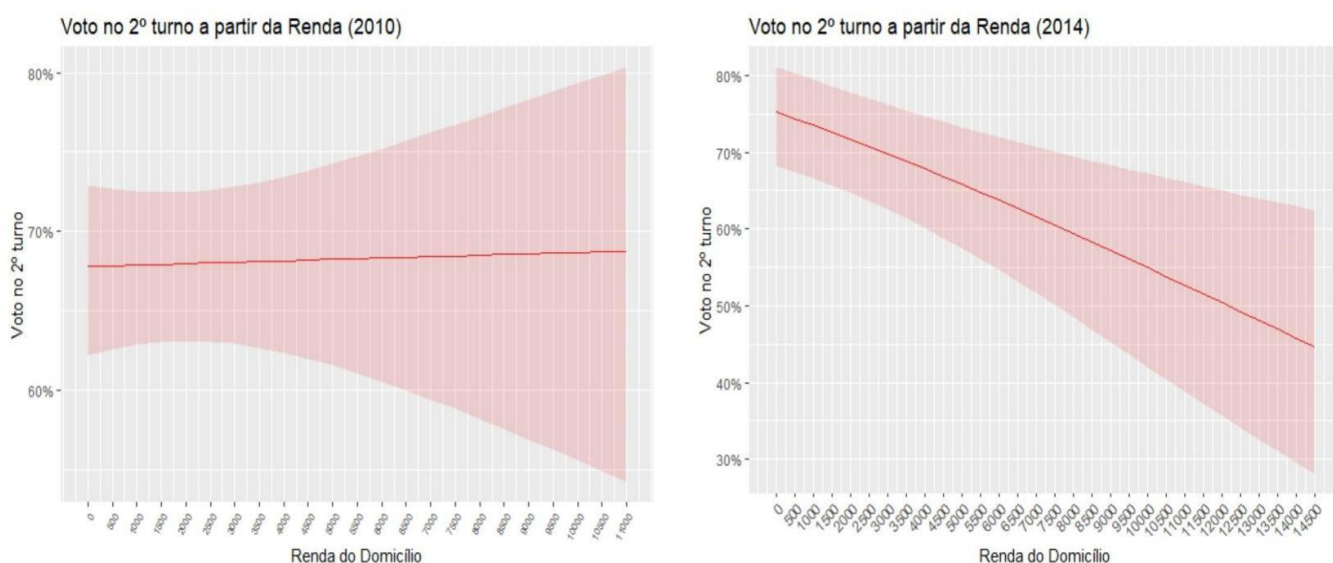


Fonte: Elaboração própria.

Contudo, mesmo diante da solidificação do apoio ao PT nessa região, não encontramos uma correlação estatística significativa entre a renda e o voto em Dilma Rousseff em 2010. Apesar disso, a simpatia ao Partido dos Trabalhadores entre os mais pobres se manteve estável, o que nos faz acreditar que a inexistência de correlação se deu pela dificuldade o partido de transferir seu apoio à nova candidata, que concorria a seu primeiro cargo eletivo.

A tendência de vitória petista entre os mais pobres, contudo, retorna com a solidificação do nome da então presidente Dilma como liderança petista. O pleito de 2014 apresenta uma correlação forte entre a renda e o voto, sendo, dentre as eleições analisadas, aquela onde os estratos inferiores de renda apresentam os valores preditivos mais altos para o voto no partido, cerca de 75%.

Figura 2 – Tendência de voto no segundo turno de 2010 e 2014 por renda familiar autodeclarada



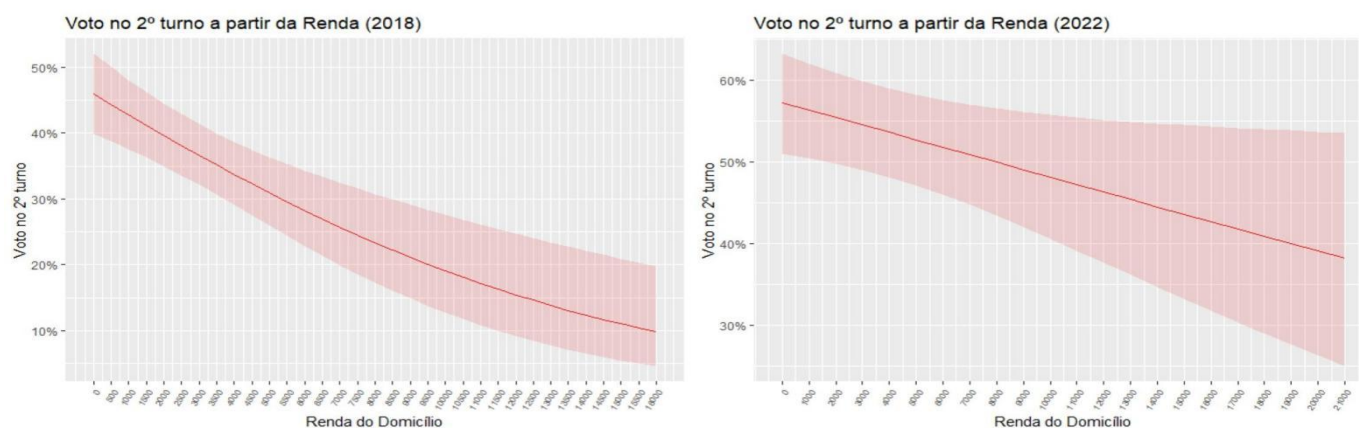
Fonte: Elaboração própria.

As eleições de 2018 apresentam dados que refletem o ambiente de polarização pela qual da sociedade e a política brasileira passavam, bem como a crise de representação e o auge do antipetismo (Nicolau, 2020). Os resultados observados indicam a perda de espaço do candidato petista entre todos os estratos sociais, mesmo assim, os mais pobres ainda apresentam uma maior tendência de voto em Fernando Haddad, contudo, com chances bem menores que as de Dilma em 2014, algo em torno de 45%. Já entre os mais ricos o ex-ministro da educação de Lula foi largamente rejeitado, os modelos de predição apontaram menos de 20% de chance de voto entre aqueles que possuíam mais de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) de renda domiciliar mensal em 2018.

Por fim, as eleições de 2022 indicam ser as primeiras desde 2010 onde visualizamos uma clara diminuição da correlação entre o voto e a renda declarada. Apesar de ainda se apresentar como uma relação estatisticamente significativa, o voto que deu a vitória ao PT no último pleito não reproduziu

os índices de endosso entre os mais pobres de 2014, nem a rejeição entre os mais ricos de 2018. Essa característica se relaciona com a diminuição da importância estatística do Nordeste no endosso ao PT e simpatia ao candidato do partido. Em 2022, Lula conseguiu retomar parte do eleitor de classe média e das regiões Sul e Sudeste, que haviam rejeitado completamente Haddad.

Figura 3 – Tendência de voto no segundo turno de 2018 e 2022 por renda familiar autodeclarada



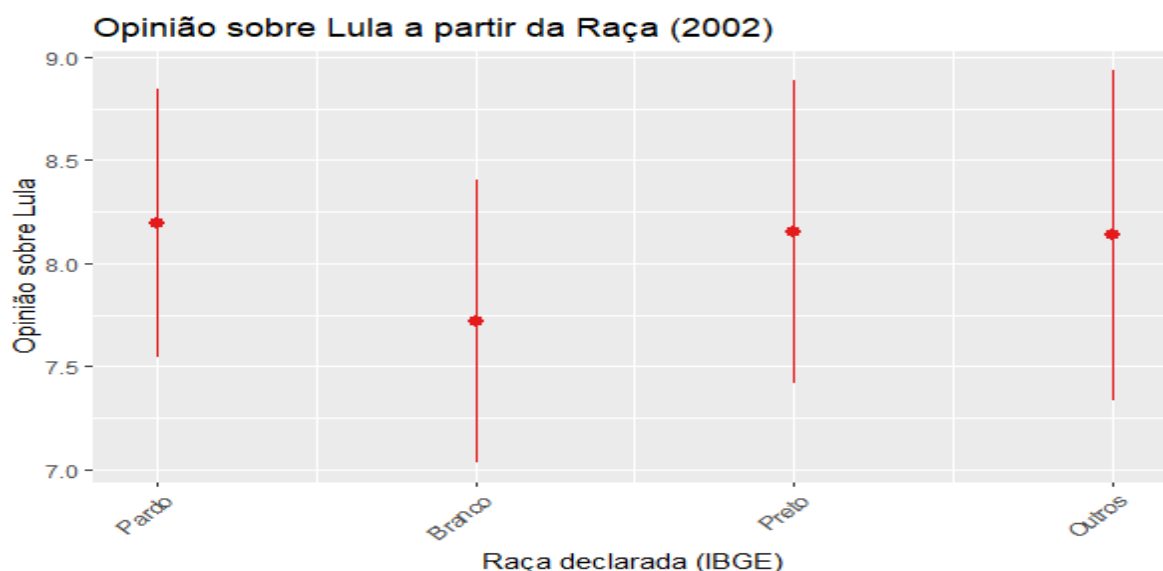
Fonte: Elaboração própria.

288

7.2 Raça, voto e simpatia política

Os dados sobre raça e voto apresentam um comportamento histórico mais variante que a renda. Já em 2002 encontramos uma maior simpatia entre pretos e pardos, quando comparados aos brancos, em relação à Lula. Contudo, no que se refere ao voto no segundo turno, não foram encontradas tendências de voto significativas, apenas os pardos demonstraram uma maior probabilidade de voto no PT, sem apresentar, contudo, significância estatística ($p=0.053$).

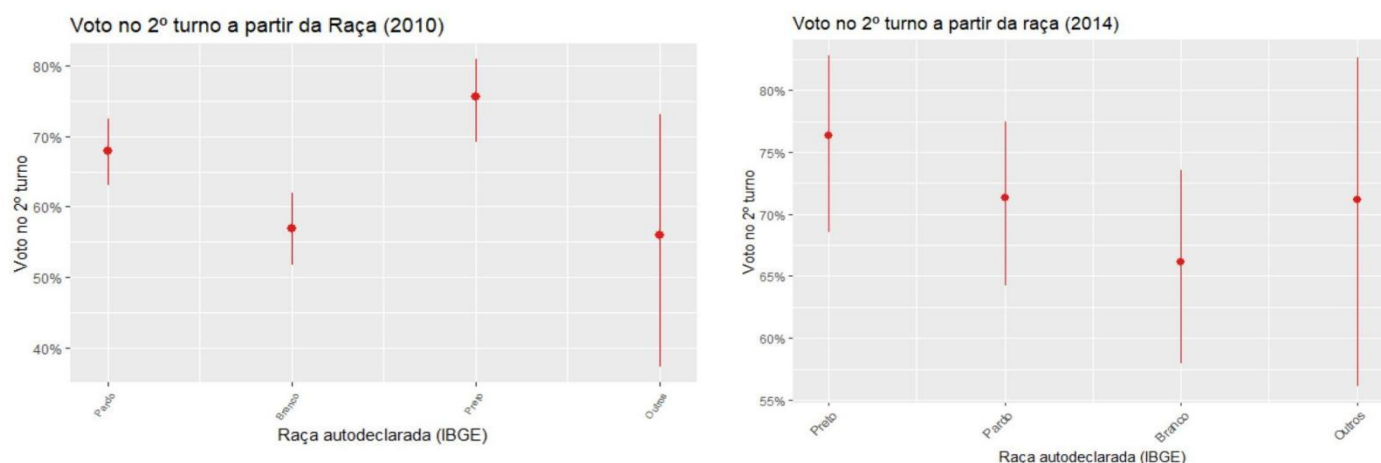
Figura 4 – Opinião sobre Lula em 2002 por raça autodeclarada



Fonte: Elaboração própria.

As eleições de 2010, entretanto, apresentam um ambiente bem diferente, trata-se da primeira eleição de nossa análise com uma clara distinção racial entre as preferências eleitorais. Tanto nas variáveis de avaliação do candidato e do Partido dos Trabalhadores, quanto no voto declarado no segundo turno, pretos e pardos tenderam significativamente a apoiar mais o PT que os brancos. Podemos ver isso como uma resposta racional desse grupo às políticas de inclusão racial, principalmente à implementação das cotas raciais no Prouni (2005), um dos principais programas de expansão do ensino superior das primeiras gestões petistas e à criação da Secretaria de Promoção de Políticas Públicas de Igualdade Racial (2003). De fato, essa relação acaba por se solidificar em 2014, apontando não apenas um viés positivo de avaliação para Dilma Rousseff entre pretos e pardos, mas também uma rejeição a Aécio Neves entre os eleitores autodeclarados pretos.

Figura 5 – Tendência de voto no segundo turno de 2010 e 2014 por raça autodeclarada



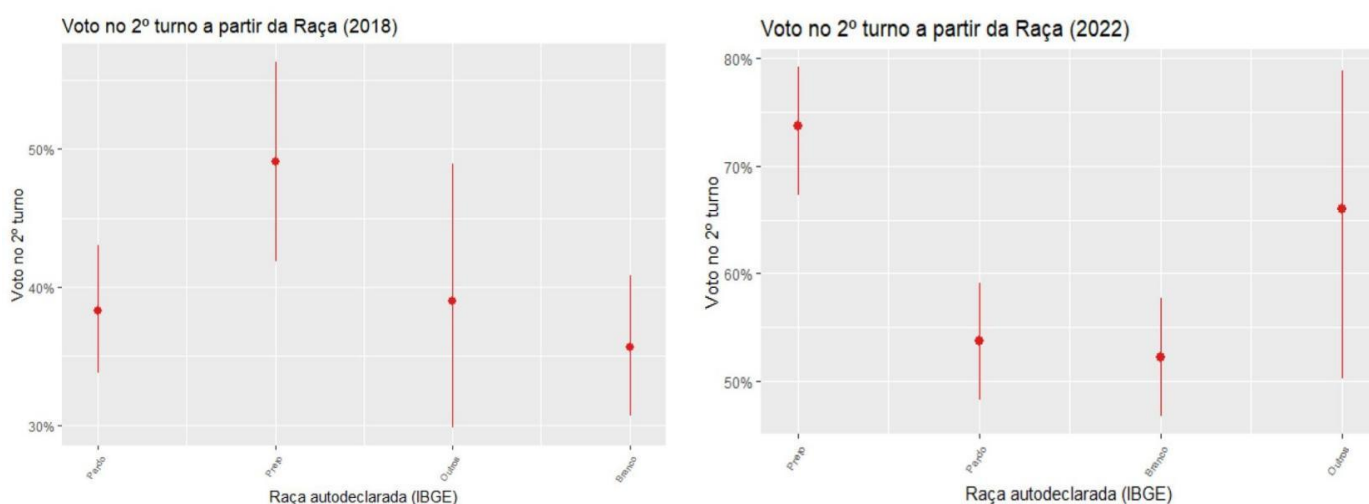
Fonte: Elaboração própria.

As crises política e econômica ocorridas entre 2014 e 2018, entretanto, modificaram esse ambiente de estabilidade. Pela primeira vez em nossas regressões não encontramos uma tendência entre os pardos de apoio ao PT, seja na avaliação dos candidatos petistas (Lula e Haddad) ou no voto declarado. Apenas os entrevistados que se autodeclararam como pretos apresentaram uma tendência, ainda forte, de apoio ao PT e rejeição à Jair Bolsonaro. Essa tendência de comportamento mais isolado desse grupo se manteve em 2022. Tanto no que se refere à simpatia política, como ao voto declarado no segundo turno, os entrevistados que se declararam pretos apoiaram consistentemente o PT e Lula, rejeitando a candidatura de Jair Bolsonaro.

Esses resultados indicam a estabilização da relação entre raça e voto nas eleições presidenciais no Brasil. Características que mal eram estatisticamente significativas em 2002 se tornaram fortes e estáveis pelo menos nos últimos quatro pleitos. A população autodeclarada preta solidificou o apoio aos candidatos petistas desde 2010, principalmente quando comparados aos brancos. Em contraposição, aqueles que se declaram pardos e eram os mais simpáticos aos candidatos petistas no início do século não se diferenciam estatisticamente do grupo de referência (brancos) desde 2018.

Figura 6 – Tendência de voto no segundo turno de 2018 e 2022 por raça autodeclarada

290



Fonte: Elaboração própria.

7.3 Renda e Raça: correlações singulares

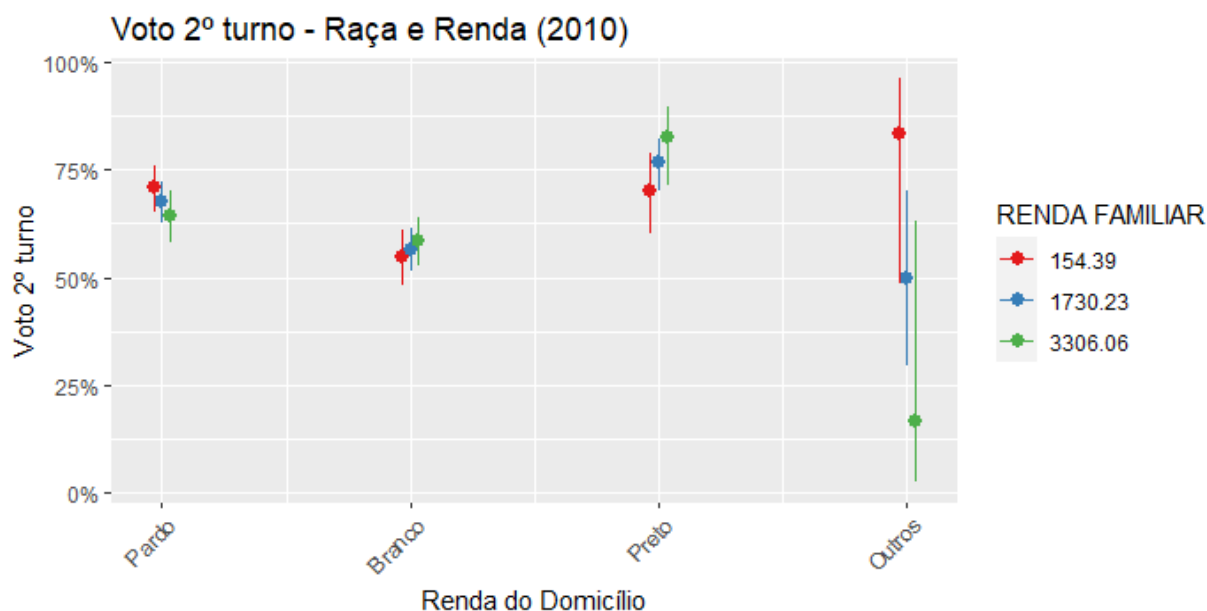
Tendo em vista a aparente estabilização de algumas características do comportamento do eleitor brasileiro nos últimos anos, adicionamos uma terceira e última análise sobre as escolhas e simpatias que a população brasileira possui sobre as principais forças políticas. Como foi dito anteriormente, a hipótese apresentada neste trabalho é de que a variável renda se comporta de forma diversa em cada grupo racial. Parte-se da premissa de que a raça é um fator relevante no modo como as classes mais altas avaliam os seus líderes, já que estas são mais escolarizadas e conseguem reagir de forma

significativa diante das políticas públicas de inclusão racial, principalmente os programas de cotas raciais.

Essa distinção entre os grupos raciais a partir da renda foi invisível em 2002, algo esperado, já que mesmo com a amostra geral o efeito da renda foi bastante tímido. Contudo, os modelos apresentam resultados interessantes a partir de 2010. Enquanto a amostra geral não apresentou correlações significantes, a interação entre renda e raça nos indica um caminho oposto. A depender do grupo racial a renda se apresenta como um fator positivo ou negativo quando correlacionados ao voto e à simpatia à candidata petista.

Encontramos uma tendência negativa da renda entre os pardos e uma positiva entre os pretos. Enquanto pardos e pretos mais pobres votaram de forma similar e avaliam Dilma Rouseff de forma parecida, pardos mais ricos se aproximam de brancos ricos no momento do voto em 2010, já pretos com maior renda se distanciam dos outros dois grupos raciais, tendendo a escolher Dilma como presidente.

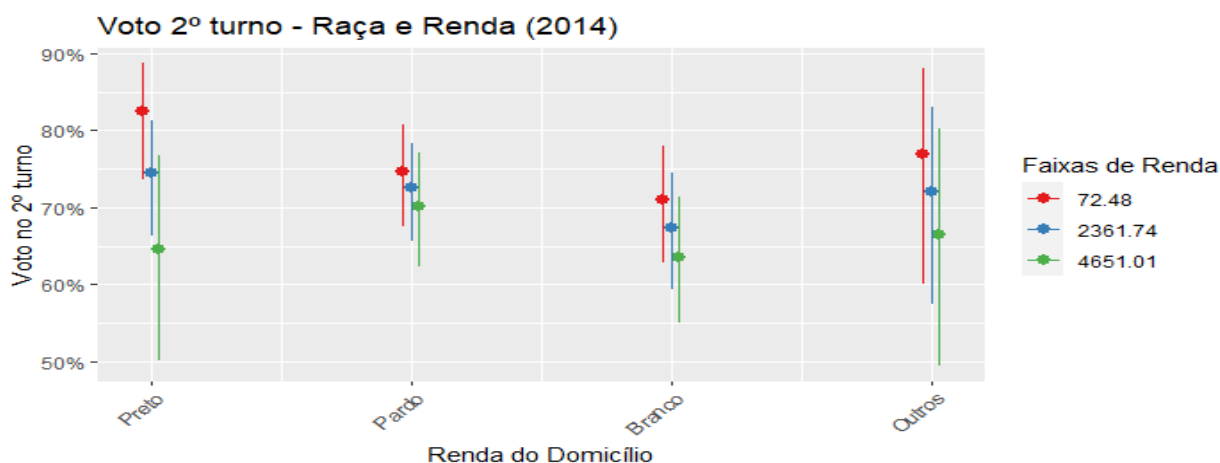
Figura 7 – Probabilidade de voto em Dilma por faixa de renda em cada grupo racial (2010)



Fonte: Elaboração própria.

Essa distinção do efeito da renda na escolha do voto e na simpatia política a depender do grupo racial não se repete em 2014, ano em que todas as categorias retomam um comportamento similar na escolha do presidente. Seja entre brancos, pretos ou pardos a renda demonstrou ser um fator negativo para o voto no PT em 2014.

Figura 8 – Probabilidade de voto em Dilma por faixa de renda em cada grupo racial (2014)

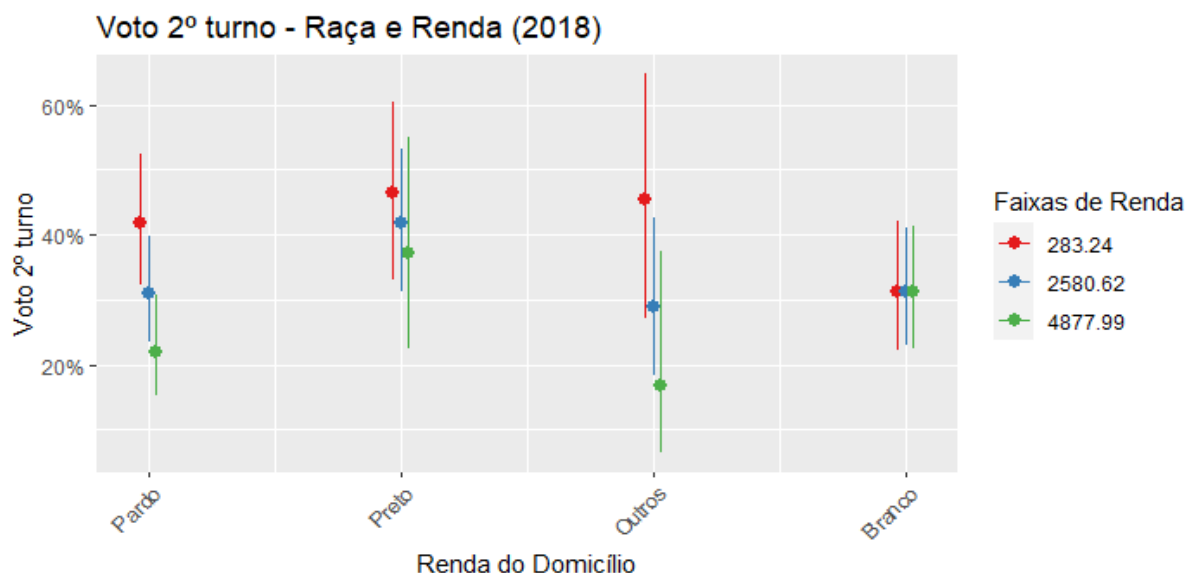


Fonte: Elaboração própria.

Entretanto, em 2018 o comportamento singular retorna com ainda mais força, podendo ser visualizado também nas análises sobre a simpatia para com Haddad. Novamente neste pleito os pardos se comportam de forma diferente, apresentando uma forte correlação negativa entre o voto no candidato petista e a renda. A mesma tendência também pode ser visualizada entre os pretos, mas sem atingir significância estatística. Já aqueles declarados brancos foram estáveis em todas as faixas de renda, apresentando um patamar de cerca de 30% de chance de voto em Haddad.

A visualização gráfica da regressão aponta para a repetição de uma característica verificada em 2010, pardos pobres votam de forma mais parecida a pretos pobres, enquanto pardos ricos tenderam a rejeitar Haddad tanto quanto brancos ricos. Esse resultado, contudo, ressalta como a rejeição ao PT entre os brancos em 2018 não esteve ligada à renda, diferentemente do que foi visto nos outros grupos raciais.

Figura 9 – Probabilidade de voto em Haddad por faixa de renda em cada grupo racial (2018)

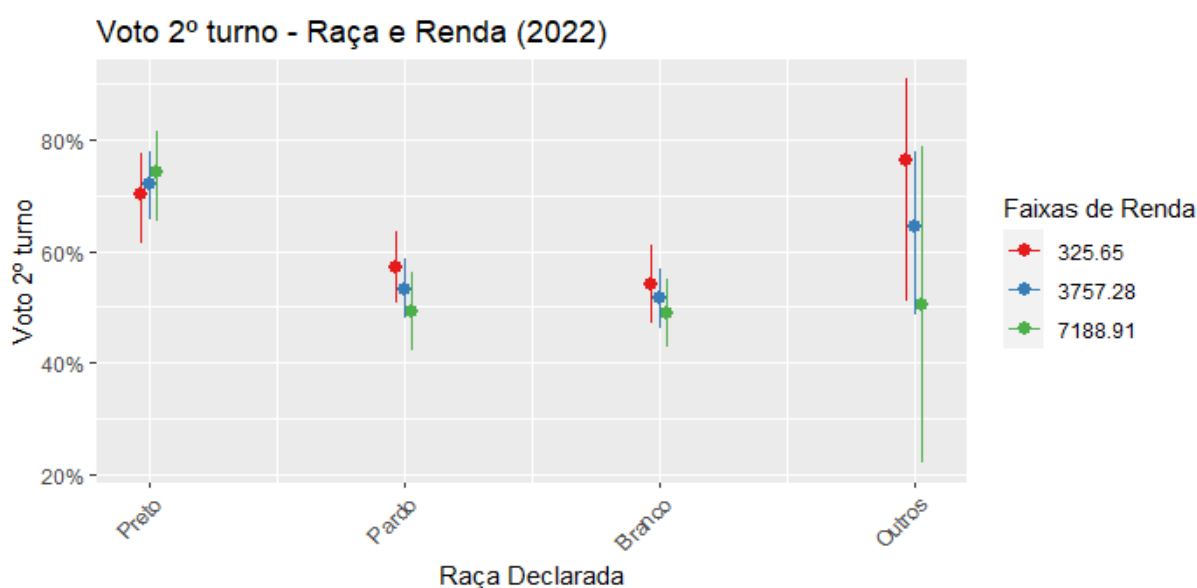


Fonte: Elaboração própria.

As regressões aplicadas no pleito de 2022 reproduziram o comportamento de 2010 e 2018, mas fora dos padrões de significância exigidos. Apesar disso, a renda foi um fator positivo entre pretos e negativo entre pardos e brancos. Foi possível observar, contudo, uma quebra no comportamento de pardos mais pobres, geralmente mais próximo ao de pretos dessa mesma classe. Nessa eleição pardos se comportaram, de uma forma geral, de forma bastante similar aos brancos, no que se refere ao voto no segundo turno, apesar da maior simpatia quando perguntados sobre Lula.

De toda forma, esses dados reforçam os resultados anteriores, onde a renda perdeu a força como uma variável correlacionada ao voto para o pleito presidencial em 2022. Por outro lado, o grupo de eleitores auto-declarados pretos mantém o comportamento pró-PT em todas as faixas de renda observadas, sendo um grupo bastante coeso nesse sentido, se afastando cada vez mais de pardos e brancos, principalmente entre os extratos de renda mais altos.

Figura 10 – Probabilidade de voto em Lula por faixa de renda em cada grupo racial (2022)



Fonte: Elaboração própria.

8 Conclusão

As eleições brasileiras de 2022 fazem parte de um contexto político construído principalmente nos últimos 35 anos. A nova república é eleitoralmente marcada pela presença de candidatos petistas no segundo turno e pela solidificação desse partido como principal representante da centro-esquerda nacional. Contudo, se o PT é estável nesse posto, o mesmo não se pode dizer dos seus eleitores. Nos últimos 20 anos eles podem até ter se mostrado numericamente resilientes, mas apresentaram certa volitividade sociodemográfica.

Neste trabalho demonstramos que não apenas a região Nordeste se tornou um bastião eleitoral do PT, como também os eleitores mais pobres e aqueles autodeclarados pretos. Essa última categoria

vota em peso no candidato do partido desde, pelo menos, 2010. Podemos entender essa forte simpatia em parte como um retorno às políticas públicas voltadas à igualdade racial, principalmente aquelas que tinham como mote o acesso à educação superior, como a implementação do Prouni e da Lei de Cotas (12.711/2012). Além disso, a ascensão de Jair Bolsonaro como principal nome da direita brasileira pode ter tido um papel importante na estabilização do apoio daqueles que se consideram pretos para os candidatos petistas, já que o ex-presidente é notoriamente conhecido por falas racistas². Tanto em 2018, quanto em 2022, os eleitores autodeclarados pretos, quando comparados aos outros grupos raciais, rejeitaram de forma significativa o candidato.

Contudo, importa ressaltar que, da mesma forma que o PT viu a estabilização dos pretos como um eleitorado fiel, também observou o afastamento de sua base eleitoral de classe média e daqueles que se consideram pardos. Desde o pleito de 2014, esse último grupo vota de forma similar àqueles que se consideram brancos. Apesar disso, as eleições de 2022 apontam para a diminuição da rejeição do partido entre os estratos de renda mais altos e entre os respondentes autodeclarados brancos. Esses dados, aliados ao crescimento da votação para o PT nas regiões Sudeste e Sul, permitiram a vitória de Lula contra o então incumbente Jair Bolsonaro, sendo este resultado o primeiro com essa característica desde a criação da reeleição na nova república.

Os resultados também indicam que a renda produz efeitos distintos a depender do grupo racial analisado em diversos testes realizados. Inclusive, mesmo diante da falta de significância dos dados de 2022, os indicativos se aproximam de uma correlação positiva entre renda e voto no PT entre aqueles autodeclarados pretos, caminho contrário do resto da população. Esse comportamento pode estar ligado ao fato da renda ser intimamente vinculada à educação e ao interesse por política no Brasil. Dessa forma, pessoas negras com alto grau de escolaridade podem tender a colocar o retorno das políticas públicas ao grupo racial à frente dos interesses de classe.

Importa lembrar, contudo, da grande variação percentual da composição racial dos respondentes, o que pode ser um fator importante para as mudanças visualizadas no comportamento eleitoral. Em 2002 apenas cerca de 30% dos respondentes do Eseb se autodeclaravam pardos, esse número subiu para cerca de 50% em 2022, efeito também visualizado nos recenseamentos promovidos pelo IBGE (2023). É importante ressaltar, que a categoria daqueles que se declaram como pretos também cresceu significativamente neste período: de cerca de 12% em 2002 para 18% vinte anos depois.

De toda forma, essa análise demonstra que as variáveis sociodemográficas podem e devem ser analisadas de forma interativa, de modo a detalhar as possíveis explicações da escolha dos candidatos na competição eleitoral. Gênero, religião e mesmo a região do eleitor podem ser estudados em conjunto, de forma a se observar tendências eleitorais específicas, que, em pleitos eleitorais apertados como os de 2014 e 2022, podem ditar o vencedor. Sendo assim, apesar de não ser consenso, o estudo

² Matéria do portal UOL reuniu uma série de falas com viés racista do ex-presidente, e então candidato à reeleição, Jair Bolsonaro em matéria. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/09/12/tu-e-meio-escurinho-ah-isso-e-crime-diz-bolsonaro-a-apresentador-negro.htm>.

de variáveis sociodemográficas vem se tornando uma maneira estável de se explicar parte do comportamento político do eleitor brasileiro, principalmente no que se refere aos pleitos nacionais.

Ressalta-se, ainda, a importância da divisão entre pretos e pardos no que se refere ao comportamento eleitoral. Mesmo que essas categorias possuam uma série de problemáticas metodológicas, históricas e sociais, é possível visualizar sua relevância para a distinguir o comportamento de grupos específicos. Ainda é difícil distinguir as motivações do comportamento político de cada grupo, sendo necessário mais estudos sobre a auto e hetero identificação racial no Brasil e seus possíveis efeitos para o comportamento político. O que os estudos indicam de forma recorrente é que nem todos os pardos se identificam como negros, o que, a nosso ver, impede a união arbitrária desse grupo para fins de análises mais complexas.

Por fim, faz-se necessário compreender que o Brasil está passando por um processo de solidificação da ordenação social, onde certos grupos se veem representados por determinados partidos ou movimentos políticos. Acreditamos que o mesmo pode estar ocorrendo com pessoas LGBTQ+, que se veem representados pelos candidatos de esquerda, e com os eleitores evangélicos, que se aproximaram de forma consistente de Jair Bolsonaro e de outras lideranças de extrema-direita. Desconsiderar o apelo eleitoral que esses grupos possuem, bem como rejeitar o debate aprofundado sobre as características simbólicas e culturais desses nichos é uma estratégia infundada tanto para a esquerda quanto para a direita. Resta, contudo, o questionamento sobre o papel do fortalecimento extremo das identidades no ambiente democrático, e as possíveis consequências desse cenário na construção de um consenso mínimo entre ambos os lados do jogo político.

295

9 Referências

BLAIS, A. **To vote or not to vote?** The merits and limits of rational choice theory. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, p. 216, 2000.

CAMPOS, L. A. Quem É Pardo no Brasil? Uma história plural e controversa. **Nexo Jornal**, 26 de dezembro de 2023, Coluna. 2023. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/colunistas/2023/Quem-%C3%A9-pardo-no-Brasil-Uma-hist%C3%B3ria-plural-e-controversa>. Acesso em: 22 out. 2025.

CAMPOS, L. A; MACHADO, C. **Raça e eleições no Brasil**. Porto Alegre: Zouk, p.168, 2020.

DALTON, R. J; WATTENBERG, M. P. The not so simple act of voting. In: FINIFTER, A. W. (ed.). **Political Science: the state of the discipline II**. Washington (DC): American Political Science Association (Apsa), p. 193-218, 1993.

DOWNS, A. An economic theory of political action in a democracy. **Journal of political economy**, v. 65, n. 2, p. 135-150, 1957.

DRUCKMAN, J. N; PETERSON, E; SLOTHUUS, R. How elite partisan polarization affects public opinion formation. **American political science review**, Cambridge University Press, v. 107, n. 1, p. 57-79, 2013.

FIGUEIREDO FILHO, D. *et al.* O que fazer e o que não fazer com a regressão: pressupostos e aplicações do modelo linear de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). **Revista Política Hoje**, v. 20, n. 1, p. 44-99, 2011.

GOMES, W. A esquerda identitária e a satanização da maioria. **CULT**, São Paulo, 9 de novembro de 2019. 2019. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/esquerda-identitaria-e-satanizacao-da-maioria/>. Acesso em: 22 out. 2025.

GOMES, W. Dois Problemas Democráticos da Política Identitária. **CULT**, São Paulo, 21 de janeiro de 2022. 2022. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/dois-problemas-democraticos-da-politica-identitaria/>. Acesso em: 22 out. 2025.

GUEDES-NETO, J. V. Voto e identificação partidária em 2018: ordenação social na política brasileira. **Opinião Pública**, Campinas, v. 26, n. 3, p. 431-451, set-dez 2021.

IBGE. **Censo Demográfico 2022: população e domicílios por município**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br>.

MARTINS JR, J. P. Modelo sociológico de decisão de voto presidencial no Brasil 1994-2006. **Revista Debates**, v. 3, n. 2, p. 68-96, 2009.

KELLSTEDT, P. M; WHITTEN, G. D. **Fundamentos da pesquisa em Ciência Política**. Editora Blucher, p.344, 2021.

LAZARSFELD, P. F; BERELSON, B; GAUDET, H. **The people's choice**: How the voter makes up his mind in a presidential campaign. Columbia University Press, 1968.

LEVENDUSKY, M. **How partisan media polarize America**. Chicago: University of Chicago Press, p. 208, 2013.

LEVENDUSKY, M; MALHOTRA, N. Does media coverage of partisan polarization affect political attitudes? **Political Communication**, Taylor & Francis, v. 33, n. 2, p. 283-301, 2016.

LICIO, E. C; RENNO, L. R; CASTRO, H. C. d. O. d. Bolsa família e voto na eleição presidencial de 2006: em busca do elo perdido. **Opinião Pública**, Campinas, v. 15, n. 1, jun. 2009, p. 31-54.

LIMONGI, F; GUARNIERI, F. Competição partidária e voto nas eleições presidenciais no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 21, n. 1, abr. p. 60-86, 2015.

MARQUES, G. 'Tu é meio escurinho. Ah, isso é crime', diz Bolsonaro a apresentador negro. **UOL**, São Paulo, 12 de setembro de 2022, Eleições 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/09/12/tu-e-meio-escurinho-ah-isso-e-crime-diz-bolsonaro-a-apresentador-negro.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 22 out. 2025.

MELLO, P. C. Esquerda Deve Tirar Foco Da Pauta Identitária Para Ser Eleita, Diz Mark Lilla. **Folha de S. Paulo**, 24 de março de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/03/esquerda-deve-tirar-foco-da-pauta-identitaria-para-ser-eleita-diz-mark-lilla.shtml>. Acesso em: 22 out. 2025.

MUNIZ, J. O; PORTO, N; FUKS, M. Groupness racial e flutuações atitudinais de pardos entre fronteiras simbólicas e sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 34, n. 101, 2019.

NASCIMENTO, A. S; FONSECA, D. J. Classificações e identidades: mudanças e continuidades nas definições de cor ou raça. In: PETRUCCELLI, J. L; SABOIA, A. L. (Org.). **Características étnico-raciais da população: classificações e identidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. (Estudos e Análises – Informação Demográfica e Socioeconômica-Número 2).

NICOLAU, J. **O Brasil dobrou à direita**: Uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. Rio de Janeiro: Zahar, p.144, 2020.

NUNES, F; TRAUMANN, T. **Biografia do abismo**. HarperCollins Brasil, p.240, 2023.

PENNYCOOK, G. A perspective on the Theoretical Foundation of Dual Process Models. In: **Dual Process Theory 2.0**, Londres: Routledge, p. 2-23, 2017.

SAMUELS, D. A evolução do petismo (2002-2008). **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 2, nov, p. 302-318, 2008.

SAMUELS, D.; ZUCCO, C. **Partisans, antipartisans, and nonpartisans**: voting behavior in Brazil. Cambridge: Cambridge University Press, p.196, 2018.

SINGER, A. Quatro notas sobre as classes sociais nos dez anos do lulismo. **Psicologia Usp**, v. 26, n. 1, p. 7-14, 2015.

SOUZA, P. M. S. **O efeito da raça na opinião pública brasileira**: uma análise utilizando diferentes formas de classificação racial. Dissertação (mestrado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Brasília. 2019.

TELLES, H; MUNDIM, P. S. Comportamento Eleitoral e Comunicação Política. In: TELLES, H.; LAVAREDA, A. (coords.). **Voto e Estratégias de Comunicação Política na América Latina**. Curitiba: Appris, 2015. p. 15–39.

VEIGA, L. F; GIMENES, É. R; RIBEIRO, E. A. O voto econômico em democracias recentes: determinantes do comportamento eleitoral na América Latina. In: VEIGA, L. F; RIBEIRO, E. A; GIMENES, É. R. (orgs.). **Comportamento político e opinião pública**: estudos sobre Brasil e América Latina. Curitiba: CPOP, p. 109-127, 2018.

ZUCKERMAN, A. S; VALENTINO, N. A; ZUCKERMAN, E. W. A structural theory of vote choice: Social and political networks and electoral flows in Britain and the United States. **The Journal of Politics**, v. 56, n. 4, nov, p. 1008-1033, 1994.

Establishing identities: the importance of income and race in presidential elections

ABSTRACT: This article analyzes the influence of income and race on Brazilian electoral behavior in the presidential elections of 2002, 2010, 2014, 2018, and 2022. Using data from the Brazilian Electoral Studies (ESEB), ordinary least squares (OLS) and binomial logit (BNL) regression models were applied, controlling for education, region, age, religion, and gender. The results indicate that income is negatively associated with voting for the Workers' Party (PT), especially among mixed-race (pardo) voters, while Black voters have consistently supported the party across all income levels since 2010. The study demonstrates that sociodemographic factors interact differently in the electoral decision-making process, highlighting the importance of jointly analyzing class and racial identity variables to understand voting dynamics in contemporary Brazil.

KEYWORDS: Elections; Political Behavior; Public opinion.

Estableciendo identidades: la importancia del ingreso y la raza en las elecciones presidenciales

RESUMEN: El artículo analiza la influencia del ingreso y la raza en el comportamiento electoral brasileño en las elecciones presidenciales de 2002, 2010, 2014, 2018 y 2022. A partir de los datos de los Estudios Electorales Brasileños (ESEB), se aplicaron modelos de regresión de mínimos cuadrados ordinarios (MCO) y logit binomial (BNL), controlando por educación, región, edad, religión y sexo. Los resultados indican que el ingreso está negativamente asociado al voto en el Partido de los Trabajadores (PT), especialmente entre los votantes pardos, mientras que los votantes negros han mantenido un apoyo consistente al partido en todos los niveles de ingreso desde 2010. El estudio demuestra que los factores socio demográficos interactúan de manera diferenciada en el proceso de decisión electoral, destacando la importancia de analizar conjuntamente las variables de clase e identidad racial para comprender la dinámica del voto en el Brasil contemporáneo.

PALABRAS CLAVE: Elecciones; Comportamiento político; Opinión pública.